

20.novembro.2014 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino**
José Calçada (Presidente) e José Manuel Sevivas Martins

Recebidos por: Deputado Agostinho da Santa (PS, que presidiu à reunião), Maria José Castelo Branco (PSD), Maria Conceição Pereira (PSD), Maria Manuela Tender (PSD), Acácio Pinto (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Impactos no sistema educativo e na Inspeção Geral da Educação e Ciência, bem como nas respetivas Inspeções Regionais e nas condições de trabalho e situação socioprofissional dos inspetores, da fuga para a aposentação dos mesmos e das medidas específicas apresentadas na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2015.

Exposição: O Presidente do Sindicato entregou um grupo de documentos aos Deputados, informando que os mesmos demonstram as questões que trazem, sindicais mas também de natureza estratégica da inspeção da educação.

Em primeiro lugar, equacionou a fragilização da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), salientando a redução dos recursos humanos disponíveis, por não haver substituição do pessoal que se aposenta, referindo que enquanto o trabalho aumentou, o pessoal diminuiu. Evidenciou ainda deficiências a nível dos recursos técnicos. Nesta linha, realçou a perda de competência, de facto, da Inspeção Geral, sendo que não pode exercer alguns dos poderes que lhe estão atribuídos.

Enfateizou a perda de competência da IGEC a nível da ação disciplinar, na instrução dos processos disciplinares dos docentes, que passou a ser desenvolvida pelas escolas (pelos respetivos diretores e docentes), entendendo que essa situação origina perda de parcialidade nos processos, de distanciamento e nalguns casos de transparência, com prejuízo para aquela ação, que é especializada e que nalgumas situações de recurso obriga a refazer o processo.

Informou que reuniram com os sindicatos e a FNE e a FENPROF queixaram-se de que a ação disciplinar contra os docentes tem vindo a disparar. Referiu que a passagem dessa competência para as escolas teve origem na diminuição dos recursos humanos da Inspeção e tem como contrapartida o aumento da autonomia das escolas. Defendeu ainda que a presença dos inspetores nas escolas diminui a necessidade de ação disciplinar.

Em segundo lugar, salientou que o relatório do Orçamento do Estado (OE) para 2015 prevê a fusão das inspeções, embora não haja concretização desse desiderato no articulado do OE. Realçou que a IGEC tem uma grande especificidade, uma impressão digital muito própria, é a maior do Estado e por outro lado andam sempre no terreno, contrariamente às restantes Inspeções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Interveio depois a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), realçando a relevância da ação inspetiva e o facto de a mesma ser muito mais alargada do que a função disciplinar, indicando que a libertação desta visou alocá-los mais às restantes atividades. Acrescentou que a autonomia das escolas justifica que lhes tenham sido atribuídos poderes a nível da ação disciplinar dos docentes - realçando que essa decisão já vinha do anterior Governo - e indicou que houve formação específica para o efeito.

Referiu que os valores atribuídos à IGEC se mantêm para 2015. Defendeu que continua a ser essencial o rigor nos vários cargos e referiu que a redução dos inspetores está articulada com a redução dos agrupamentos de escolas.

Por último, questionou qual a perceção que têm em relação ao desenvolvimento das restantes atividades da IGEC.

O Deputado Acácio Pinto (PS) manifestou reservas em relação à fusão das inspeções numa única e defendeu a existência de inspetores em número e qualificação adequada, que permita o desempenho de todas as competências que estão atribuídas à IGEC.

Colocou depois várias perguntas, a saber: qual a redução do número de inspetores nos últimos anos, desde quando não havia admissão de inspetores da IGEC e se havia evidência de diminuição da qualidade das ações inspetivas ou do aumento de conflitualidade com a passagem da instrução de muitos processos para as escolas. Por último, defendeu que há evidência de desinvestimento nos últimos anos na IGEC.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) pediu a concretização da redução dos inspetores nos últimos anos e questionou qual o número ideal de inspetores e se o mesmo alguma vez tinha sido atingido. Perguntou ainda se a prossecução da ação disciplinar pelas escolas respeita a toda a ação ou só a alguma e qual a justificação que lhes foi dada pela tutela em relação a essa opção.

Em relação à concentração das inspeções, manifestou a convicção de que seriam apenas as que têm objetos parecidos e transmitiu que o objetivo era a sua otimização. Assim, questionou se a IGEC estaria incluída e perguntou aos representantes do Sindicato se tinham informação do Governo sobre isso.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu o facto de a IGEC ter pouco mais de 200 inspetores, um número manifestamente insuficiente para responder às necessidades, considerando o seu âmbito de intervenção a nível nacional junto de escolas e/ou agrupamentos de escolas e serviços do Ministério da Educação e Ciência: educação pré-escolar, ensino básico e secundário; ensino superior; ensino público, privado, particular e cooperativo e solidário; universidades e politécnicos; instituições científicas, considerando também que aquele número é insuficiente para desempenharem com qualidade as competências que lhes estão atribuídas. Informou que o PCP apresentou no âmbito do Orçamento do Estado uma proposta de realização de um concurso extraordinário para recrutamento e colocação de inspetores, afirmando que o PCP entende que devem ser garantidos todos os meios humanos e materiais necessários ao desempenho das funções dos inspetores.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Afirmou também que este esvaziamento de meios humanos não está desligado da política de desmantelamento da Escola Pública e de um ataque mais geral levado a cabo por sucessivos governos, aos serviços públicos e às funções sociais do Estado.

Acrescentou que continuarão a acompanhar as matérias em causa.

Na sequência das questões e observações suscitadas, o Presidente do Sindicato referiu que o menos relevante para a IGEC é a ação disciplinar, mas é a esse nível que tem havido maior erosão da sua atividade e reiterou entender que uma maior ação inspetiva nas escolas diminuiria a necessidade de ação disciplinar. Acrescentou que não contesta que o Diretor do agrupamento/escola possa instaurar a ação disciplinar, mas entende que não deveria nomear o instrutor. Referiu ainda que não há processos disciplinares fáceis e difíceis, exigindo todos o cumprimento dos requisitos inerentes.

Argumentou que os valores globais das verbas afetas à IGEC se conservam em relação ao ano anterior, mas que já houve cortes essenciais em anos anteriores, nomeadamente, uma redução de cerca de 15% a nível das verbas de deslocações, realçando que a Inspeção sem deslocações morre. A esse propósito salientou que os inspetores, nas deslocações para realizarem as inspeções, recebem 0,11€ por quilómetro e 25€ para alojamento num hotel.

Informou depois que os inspetores, desde 1996 até hoje, baixaram de 471 para 201 e defendeu que estão no limite da capacidade crítica. Esclareceu que a IGEC dá apoio às escolas a nível da ação disciplinar e muitas vezes tem de se refazer o processo de novo, salientando ainda um aumento de conflitualidade.

Referiu que o último grande concurso de inspetores foi no ano de 2000 e em 2010 houve apenas um recrutamento reduzido. Em relação à concentração das inspeções, informou que as tutelas indicam que a mesma as abrange a todas.

A documentação da audiência, incluindo os documentos deixados pelos representantes do Sindicato e a gravação da reunião, encontram-se disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 20 de novembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes